



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2.556

PROCESSO

Nº 25/2016

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 227/17/IE e na Deliberação CONSEMA nº 12/2017, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: AV. RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) – SEGMENTO ENTRE A RODOVIA DOS BANDEIRANTES (SP-348) E A RODOVIA SANTOS DUMONT (SP-075)

LOGRADOURO: RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) DO KM 18+320 ao KM 26+870

MUNICÍPIOS: CAMPINAS E INDAIATUBA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira – SP-083, com 8,38 km de extensão, entre os km 18+320 e 26+870, em pista dupla, com duas faixas em cada sentido separadas por canteiro central, promovendo a ligação viária entre as Rodovias dos Bandeirantes (SP-348) e Santos Dumont (SP-075). Também são previstas obras de arte especiais, como viadutos e pontes.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 23/06/17

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 01/09

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação – LI

1. Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação Social, incluindo, além do proposto: a divulgação de informações à população sobre o número de vagas e perfil profissional buscado, reuniões periódicas com as prefeituras dos municípios afetados, associações de moradores, conselhos municipais, etc. Demonstrar ainda a realização das atividades prévias de comunicação social, como o atendimento às reclamações, esclarecimento de dúvidas da população e reuniões com as partes interessadas.
2. Apresentar o Plano de Ataque de Obras para cada trecho de obra a ser iniciado, com caracterização dos trechos, cronograma e responsáveis pela execução e recuperação ambiental, com suas respectivas Anotação de Responsabilidade Técnica - ARTs.
3. Apresentar detalhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras, de Monitoramento Ambiental e de Educação Ambiental, e respectivos Subprogramas, inclusive de Controle e Monitoramento Geotécnico, contemplando, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; o detalhamento das medidas e procedimentos propostos; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; as formas de registros ambientais e de treinamento dos empregados; os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a construção da obra; e o cronograma de atividades.
4. Apresentar pranchas do projeto do empreendimento, informando especialmente sobre a concepção geral do projeto, detalhe das obras-de-arte especiais, das obras de estabilidade de taludes e dos sistemas de drenagem acompanhados de memorial descritivo e das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs. Indicar os critérios ambientais adotados para redução de supressão de vegetação e interferências em Áreas de Preservação Permanente - APP's, tais como ajustes de traçado, e de localização do acesso previsto na transposição do Rio Capivari Mirim e do afluente do Rio Capivari;
5. Indicar em foto aérea ou imagem de satélite (escala 1:10.000 ou maior) as áreas de empréstimo e depósito de material excedente a serem utilizadas nas obras. Informar sobre o balanço de massa para terraplenagem de cada trecho de implantação. Para as áreas de apoio situadas fora de faixa de domínio, priorizar as que se enquadrem na Resolução SMA nº 30/00, efetuando o cadastramento das mesmas no Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE.
6. Apresentar propostas de implantação de dispositivos permanentes de disciplinamento, redução de velocidade e contenção de água pluvial da rodovia com destino às propriedades lindeiras e cursos d'água natural.
7. Apresentar, visando à organização e compilação das informações ambientais relacionadas com o licenciamento em curso, os arquivos cartográficos georreferenciados e as tabelas síntese do licenciamento (caracterização do empreendimento e indicadores de impacto ambiental). Para o preenchimento das tabelas, verificar as instruções indicadas na página

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 02/09

ANEXO

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

<http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/tabelas/> e para apresentação dos arquivos cartográficos georreferenciados, acessar <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/Manual-DD-217-14.pdf>.

8. Apresentar, no âmbito do Subprograma de Prevenção e Controle da Erosão e do Assoreamento do PCA, o mapeamento e georreferenciamento dos pontos críticos sujeitos ao assoreamento, cuja escolha deverá ser devidamente justificada. Para tais pontos, deverá ser apresentado o nível de leito/cota de fundo atual. Ressalta-se que o mapa deverá conter a rede hídrica das sub-bacias atravessadas e o traçado do empreendimento diferenciado pelos métodos construtivos deste. Incluir o uso de barreiras físicas fixas e de barreiras flutuantes no Rio Capivari e seus principais afluentes a serem afetados pelas obras.
9. Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento de Água, contemplando: os pontos amostrais georreferenciados; a justificativa de escolha de cada ponto; frequência amostral compatível com o cronograma de obras para cada ponto; parâmetros a serem analisados; e métodos de coleta e preservação de amostras a serem utilizados. As amostragens deverão ser realizadas antes, durante e depois das obras em cada ponto.
10. Incluir, no âmbito do Programa de Monitoramento de Água: pontos de monitoramento piezométrico dos poços de captação de água para abastecimento na área de interferência do empreendimento; proposta de mitigações e ressarcimentos à eventuais danos às captações; ponto de monitoramento de alerta antecipado situado entre a estrada e o poço de captação de água subterrânea de Indaiatuba.
11. Comprovar as tratativas com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Indaiatuba, que envolvam a divulgação para aquela autarquia das medidas mitigadoras a serem implantadas para proteção da captação de água e à compatibilização entre o plano de ataque das obras rodoviárias com o plano de desativação da captação.
12. Apresentar um Programa de Adequação Ambiental do Projeto Executivo, que contemple diretrizes e procedimentos ambientalmente adequados a serem incorporados às obras, indicando os critérios ambientais adotados no projeto executivo para evitar a perda de função ecológica da várzea e a minimização de desapropriação, de supressão de vegetação e interferências em APPs, e de aproveitamento dos volumes de corte em aterros na própria obra. Considerar a implantação de Obra de Arte Especial sobre afluente do Rio Capivari (entre as estacas 1375 e 1385); dispositivos para travessia dos cursos d'água localizados na altura das estacas 1460 e 1662, a otimização do balanço de materiais, ações para a incorporação de critérios ambientais pelas empreiteiras e fornecedores etc.
13. Apresentar as Outorgas de implantação do empreendimento emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, em atendimento à Instrução Técnica DPO nº 001 de 30/07/07, atualizada em 25/02/14.
14. Apresentar os acordos firmados com os detentores dos direitos minerários nas áreas afetadas pela implantação do traçado proposto, e comprovar a solicitação dos bloqueios de lavra junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 03/09

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

15. Apresentar a localização e o layout do canteiro de obras, indicando as instalações previstas (alojamento, oficinas, refeitório, sanitários químicos, unidades industriais, vias de acesso, etc.), bem como as licenças de operação das unidades industriais contratadas para a execução dos serviços.
16. Apresentar um Programa de Gerenciamento de Risco e Plano de Ação Emergencial para Fase de Obras, incorporando as diretrizes dispostas no item 9.2.4 do Parecer Técnico nº 227/17/IE.
17. Apresentar Relatório de Investigação de Áreas Contaminadas considerando as diretrizes descritas no Parecer Técnico nº 227/17/IE.
18. Obter a Autorização de Supressão de Vegetação e Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e o respectivo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE/CETESB. Para emissão do TCRA, deverá ser apresentado, para análise e aprovação, projeto de restauração florestal relativo às compensações florestais determinadas em legislação, conforme diretrizes do Parecer Técnico nº 227/17/IE.
19. Apresentar, no âmbito do detalhamento do Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Controle da Supressão de Vegetação, contemplando a metodologia de trabalho; as medidas mitigadoras que serão tomadas durante a supressão; o destino que será dado ao material orgânico resultante; uso do topsoil das áreas suprimidas na recuperação de áreas de apoio, ou nos projetos de restauração florestal relacionados ao cumprimento dos TCRAs; corte unidirecional da vegetação; corte de lianas e cipós das árvores próximas ao limite da área a ser suprimida; demarcação prévia da vegetação a ser suprimida, proteção da vegetação remanescente, acompanhamento por profissionais habilitados na identificação de espécies da flora, fauna, abrigos e ninhos, e no resgate e relocação de flora e fauna. Incluir cronograma de atividades compatível com o cronograma de obras, priorizando os períodos de menor precipitação e equipe técnica responsável.
20. Apresentar, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Resgate de Flora, contemplando no mínimo: procedimentos executivos para o resgate e relocação de espécies, espécies prioritárias; ações para coleta de sementes e plântulas; projeto e localização de viveiros de espera; georreferenciamento e caracterização das áreas de resgate e relocação; cronograma de atividades e equipe responsável. Considerar o envio desse material para Unidade de Conservação, prefeituras interessadas na recuperação de áreas degradadas, viveiros conservacionistas, etc.
21. Apresentar, no âmbito do detalhamento do Programa de Conservação da Fauna e da Flora, um Subprograma de Monitoramento da Fauna, incluindo o monitoramento de mastofauna (mamíferos de médio e grande porte, mamíferos de pequeno porte voadores e não-voadores), avifauna, herpetofauna e ictiofauna. Deverão ser definidas as áreas, espécies alvo, metodologias, esforço amostral, equipe responsável, cronograma da realização das campanhas semestrais durante a implantação do empreendimento e previsão de continuidade durante os três primeiros anos da operação.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 04/09

ANEXO

PROCESSO

Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

22. Apresentar, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna e da Flora, o detalhamento do Subprograma de Afugentamento e Resgate de Fauna, incluindo além das ações previstas no EIA, as especificações constantes do item 9.2.7. do Parecer 227/17/IE.
23. Apresentar, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Monitoramento da Fauna Doméstica e Sinantrópica na Construção que inclua o controle sanitário da fauna sinantrópica; apoio à castração de cães e gatos; definição de instituições que receberão os animais domésticos vagantes e resgatados; cadastramento dos animais domésticos das famílias desapropriadas/ reassentadas; campanhas de conscientização sobre: posse responsável, abandono de animais, acidentes em obras e próximos às rodovias, riscos de equinos e bovinos soltos próximo às rodovias com a população do entorno e com os trabalhadores da obra.
24. Apresentar o comprovante do depósito bancário, no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15/01/14, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental - CCA da SMA;
25. Apresentar um Subprograma de Gerenciamento de Tráfego das Obras e do Sistema Viário Local, no âmbito do PCA, contemplando minimamente: elaboração de projetos de desvios e travessias provisórias; planejamento de segurança do tráfego na construção; implementação de medidas de sinalização de obra; minimização das interferências nas relações e fluxos entre bairros; e redução de interferências no sistema viário local e na circulação de tráfego.
26. Apresentar as anuências dos órgãos municipais de trânsito quanto ao Plano de Tráfego, assim como aos desvios e interrupções necessários durante as obras.
27. Apresentar o detalhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra, contemplando, além das medidas preconizadas no EIA, treinamento ambiental, capacitação e ações específicas de desmobilização da mão de obra. Considerar o reaproveitamento da mão de obra proveniente de atividades econômicas (agrícolas, comerciais, etc.) encerradas por ocasião das ações de desapropriação e relocação.
28. Apresentar o detalhamento do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios considerando as diretrizes indicadas no Parecer Técnico 227/17/IE e contemplando: cadastro físico e socioeconômico atualizado de todas as propriedades afetadas pelo empreendimento; apresentação sobre ortofoto ou imagem de satélite (em escala 1:2.000) a caracterização da situação das propriedades (situação fundiária, física dos imóveis, etc.); cadastro de grupos mais vulneráveis (idosos, deficientes, pessoas com necessidades especiais, etc.); a área total das propriedades e a porcentagem de área afetada pelo empreendimento; o Decreto de Utilidade Pública (DUP) e comprovações das negociações em curso e acordos amigáveis firmados ou imissões na posse; equipe técnica responsável; cronograma de atividades compatível com cronograma da obra.
29. Incluir no Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, o cadastro atualizado da população residente não proprietária (inquilinos, agregados, meeiros, arrendatários, caseiros, etc.); os acordos firmados para relocação das famílias; as ações para relocação dessas famílias

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 05/09

ANEXO

PROCESSO

Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

previamente equacionada junto às Prefeituras Municipais e demais órgãos envolvidos (CDHU, COHAB, etc.) de forma a evitar a migração e relocação para áreas irregulares, de risco ou de proteção ambiental; promoção de atendimento às famílias; e acompanhamento do programa por profissionais habilitados (assistentes sociais, psicólogos, etc.).

30. Apresentar o termo de autorização de uso e/ou contrato de servidão administrativa e/ou documento equivalente para a implantação do empreendimento em áreas de domínio público.
31. Incluir no Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, o detalhamento das propostas de medidas mitigadoras e compensatórias relativas ao impacto da desapropriação de atividades econômicas afetadas, o cadastro atualizado dos comércios, indústrias, serviço e áreas de produção rural afetadas (proprietários ou não dos terrenos onde estejam estabelecidos); caracterização socioeconômica; número de empregos afetados; propostas de áreas para relocação das atividades econômicas afetadas; parcerias com órgãos de orientação e capacitação para a reestruturação dos estabelecimentos afetados.
32. Apresentar o cadastro atualizado das infraestruturas (rodovias, adutoras, linhas de transmissão, dutos, etc.) interceptadas pelo traçado, e respectivo mapeamento.
33. Apresentar manifestação conclusiva do IPHAN relativa ao Programa de Prospecção Interventivas, conforme Ofício nº 0949/2017-GAB-IPHAN/SP.
34. Comprovar a compatibilidade do projeto executivo do empreendimento com as diretrizes específicas do Sistema Viário, propostas nas Macrozonas 6 e 7 do Plano Diretor de Campinas.
35. Apresentar propostas de implantação de caixas de contenção de produtos perigosos principalmente no Afluente do Rio Capivari (estacas 1.660 a 1.665/25+300 ao 25+400) e no segmento em que o empreendimento intercepta meandro do Rio Capivari Mirim, próximo a captação para abastecimento público (estacas 1.664 e 1.678/km 25+385 ao 25+690), conforme item 9.3.5 do Parecer Técnico nº 227/17/IE.
36. Apresentar, no âmbito do Programa de Adequação do Projeto Executivo, projeto de passagens de fauna junto as estacas 1378-1390, 1520, 1580 e 1660-1683, dimensionadas para a livre movimentação de animais de grande porte, com travessia úmida e seca e cercas de direcionamento, conforme especificações do item 9.3.8. do Parecer Técnico nº 227/17/IE.

Durante a implantação do empreendimento

37. Comprovar, nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental de Obras, atendimento às recomendações exaradas no Exame Técnico Municipal ETM 085/2015-II de Campinas.
38. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, os resultados obtidos, os registros na Ouvidoria e as respectivas medidas adotadas, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período e os registros fotográficos datados.
39. Apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras,

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 06/09

ANEXO

PROCESSO

Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

especialmente junto dos corpos d'água e/ou talvegues. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, conforme previsto no Programa de Controle Ambiental de Obras - PCA. Deverão constar também os registros fotográficos dos corpos d'água antes do início das obras e durante as intervenções previstas, com especial atenção ao Rio Capivari Mirim e afluente do Rio Capivari;

40. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras - PCA, de Monitoramento Ambiental e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas, comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.
41. Apresentar, antes das intervenções nos corpos d'água, a respectiva Outorga de Interferência em recursos hídricos emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, em atendimento à Instrução Técnica DPO nº 001 de 30/07/07, atualizada em 25/02/14.
42. Informar, com antecedência mínima de 15 dias, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos e o Centro de Manejo de Fauna Silvestre - SMA/CBRN/DeFau sobre o início das atividades de supressão de vegetação.
43. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna e Flora e seus Subprogramas, contemplando a descrição das atividades realizadas no período; registros fotográficos datados; mapeamento e georreferenciamento das áreas de intervenção; eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas; análise crítica dos resultados e; equipe técnica responsável. Informar e georreferenciar os locais de relocação das espécies de flora e os eventuais materiais doados. Para o Subprograma de Resgate de Fauna informar as ações de afugentamento e resgate desenvolvidas, a identificação dos animais resgatados e sua condição de saúde; tempo de permanência nos centros de triagem; destino proposto ou já realizado; e áreas identificadas e georreferenciadas para soltura. Para o Subprograma de Monitoramento de Fauna contemplar o mapeamento e georreferenciamento das áreas amostradas; as espécies identificadas; comparação entre as campanhas e análise crítica dos dados coletados, os quais deverão subsidiar as ações de resgate e relocação de fauna.
44. Antes do início da supressão de vegetação, apresentar a Autorização para manejo, translocação, captura e transporte da fauna emitida pelo Departamento de Fauna da Secretaria do Meio Ambiente (SMA/CBRN/DeFau), conforme disposto na Resolução SMA nº 92/2014.
45. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informando sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

CONTROLE Nº 16/2906



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 07/09

ANEXO

PROCESSO

Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

46. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, contendo retratamento atualizado demonstrando o andamento das ações de desapropriação por propriedade, informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação e relocação (informando o grau de adaptação à nova situação e nível de satisfação), avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas (principais problemas a serem solucionados), as respectivas medidas corretivas adotadas, equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos.
47. Obter as autorizações e anuências prévias dos órgãos e/ou concessionárias responsáveis pelas infraestruturas afetadas, antes das intervenções nestas.
48. Incluir no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras, a aplicação durante as obras, da Resolução CONAMA nº01/90, que estabelece os critérios e padrões da Norma NBR 10.151 "Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade", da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
49. Demonstrar no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras, a implantação de barreira física de atenuação dos níveis de ruído no solo, de acordo com as diretrizes dispostas no item 9.3.8 do Parecer Técnico nº227/17/IE.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

50. Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.
51. Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento Ambiental e de Educação Ambiental e dos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.
52. Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; registros de acidentes com produtos perigosos, de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de comunicação social e do gerenciamento de resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras.
53. Apresentar situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA firmado junto à CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georreferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e sua avaliação; e o cronograma de atividades. Incluir o georreferenciamento dos plantios em fotos aéreas ou imagens de satélite e enviar os arquivos (extensão Geotiff ou compatível) e vetorial (extensão shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.
54. Apresentar relatório final do Programa de Conservação da Fauna e Flora e seus Subprogramas, com um balanço e consolidação das ações realizadas, resultados obtidos, avaliação da

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 08/09

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

efetividade do Programa e proposta de continuidade do Subprograma de Monitoramento de Fauna durante os três primeiros anos da operação.

55. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.
56. Apresentar relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas, inclusive as eventuais ações realizadas em decorrência de possível pressão sobre a infraestrutura física e social local; o balanço dos empregos diretos e indiretos gerados; avaliação da implementação do Programa e a equipe técnica responsável.
57. Apresentar relatório final do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse emitidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação, como o monitoramento e o acompanhamento do reassentamento, não inferior a 12 meses após a conclusão da relocação da população afetada; a comprovação da relocação dos equipamentos afetados pelo empreendimento; entre outros.
58. Apresentar revisão do Plano de Ação Emergencial e Programa de Gerenciamento de Risco da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083), incorporando o trecho do prolongamento implantado, e de acordo com a Decisão de Diretoria nº70/2016 de 12/04/16.
59. Incluir, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento das medidas operacionais de conscientização, prevenção e planos de emergência para combate a incêndios nos remanescentes florestais.
60. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna da Operação, contemplando no mínimo, propostas de instalação de câmeras, placas indicativas de fauna silvestre e limitadores físicos e eletrônicos de velocidade nos pontos críticos da rodovia; equipe técnica responsável com respectivas ARTs; periodicidade das atividades; formas de registros de atropelamentos, com indicação dos pontos críticos e propostas de medidas mitigadoras; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados vivos e mortos; metodologia de monitoramento das passagens de fauna; estudo de locais para implantação de dispositivos que incentivam a elevação da altura do voo de aves. Tal proposta deverá ser baseada nos resultados consolidados das campanhas de monitoramento de fauna realizadas antes e durante a instalação do empreendimento.
61. Comprovar a implantação de barreira física de atenuação dos níveis de ruído no solo, de acordo com as diretrizes dispostas no item 9.3.8 do Parecer Técnico nº227/17/IE.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 09/09

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.556

Durante a operação do empreendimento

62. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando o monitoramento das seguintes variáveis: situação das estruturas de drenagem superficial; a suficiência hidráulica dos bueiros; situação dos dispositivos de retenção/contenção de líquidos, consolidação do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; histórico de acidentes de produtos perigosos; histórico de faixas de incêndio gerados na faixa de domínio.
63. Apresentar, relatórios anuais do Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna e das Medidas Mitigadoras, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna da Operação, contemplando listagem com as ocorrências, localização e identificação das espécies (silvestres e domésticas) atropeladas; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados vivos e mortos; dados e resultados obtidos no monitoramento das passagens de fauna, registros fotográficos datados; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado; e, caso pertinente, indicação dos pontos críticos e de propostas adicionais de mitigação.
64. Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2.^a campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes localizados no Estado de São Paulo" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 389/2010/P de 24/12/10). Caso sejam verificados níveis acima do padrão preconizado, devem ser propostas e implantadas medidas mitigadoras de ruído.

XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem